



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

COMARCA DO CRATO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CRATO/CE**

AÇÃO DE COBRANÇA

JOAQUIM SOUZA DA SILVA, brasileiro, divorciado, empregado, portador de RG nº 2001034057276 SSP/CE e CPF nº 011.300.763-93, residente e domiciliado à Rua Rua Kálore, nº 300, Bairro Muriti, Crato-CE, Tel.: (88) 9 8841-1055, sem endereço eletrônico, vem à presença de V. Ex.^a, representada pela Defensoria Pública Geral do Estado, por intermédio da Defensora Pública em exercício nesta comarca, que a esta subscreve, ajuizar a **AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADO COM PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.** CNPJ nº 09.248.608/0001-04, AGÊNCIA DOS CORREIOS CRATO-CE, com endereço à Rua Tristão Gonçalves, nº 399, Centro, CEP: 63100-970 Crato-CE, CEP 63113-500, pelos fatos e argumentos a seguir expostos.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

COMARCA DO CRATO

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

O Autor requer, inicialmente, os benefícios da Justiça Gratuita por ser hipossuficiente na forma da Lei, não dispondo de numerário suficiente para arcar com taxas, emolumentos, depósitos judiciais, custas, honorários ou quaisquer outras cobranças dessa natureza sem prejuízo de sua própria subsistência e de sua família, com fulcro no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal e arts. 98 e 99 da Lei 13.105/2015, Código de Processo Civil.

Por oportuno, é válido esclarecer que, por se tratar de parte representada judicialmente pela Defensoria Pública Geral do Estado, possui as prerrogativas do **prazo em dobro** e da **intimação pessoal do Defensor Público** afeto à presente Vara, consoante inteligência do art. 5º, caput, da Lei Complementar Estadual nº 06, de 28 de maio de 1997.

O parágrafo único do supramencionado dispositivo legal, completa o mandamento acima esposado, ao dispor que “A Defensoria Pública por seus Defensores, representará as partes em juízo e no exercício das funções institucionais independentemente de procuração, praticando todos os atos do procedimento e do processo, inclusive os recursais, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais”. (Grifos e aditados nossos).

DOS FATOS

Na data de 02/12/2017 o requerente sofreu um acidente (conforme fotografias em anexo), na cidade de Juazeiro do Norte, quando estava se deslocando para o trabalho. Na ocasião, o Autor foi socorrido para o hospital Joaquim Bezerra, em Crato, sendo atendido com diagnóstico de fratura na falange do 5º dedo da mão esquerda e escoriações.

Ocorre que no prontuário anexo a afirmação de que o paciente foi vítima de acidente de trânsito foi omitida, de forma que o autor ficou impedido de realizar boletim de natureza “acidente de trânsito” e conseqüentemente de lograr de forma administrativa o pagamento do seguro DPVAT.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

COMARCA DO CRATO

Assim, o Autor, visando resolver o problema, procurou este órgão da Defensoria Pública, a qual, por sua vez, oficiou o hospital Joaquim Bezerra, que atendeu o paciente, para esclarecer os motivos pelos quais não consta no prontuário da afirmação do acidente, não recebendo resposta.

DO DIREITO

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º – Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Como consta nos fatos já decorridos e na documentação em (anexo), o Sr. JOAQUIM SOUZA, em decorrência de um acidente de trânsito, sofreu lesões e teve despesas médicas e suplementares.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Assim, tem-se evidenciado:



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

COMARCA DO CRATO

- a) Prova do acidente: junta-se fotografias do requerente após o ocorrido.
- b) Prova do dano decorrente: o prontuário médico, não obstante não indicar a origem da lesão, indica que houve efetivamente a lesão em face do Autor;
- c) Prova do esgotamento da via administrativa: já foi demonstrado que a parte Autora já tentou o contato com a seguradora, não obtendo êxito, esgotando seus recursos para adquirir na via administrativa a referida indenização, tendo que ingressar com a demanda no poder judiciário contra a seguradora

É dever da Seguradora Requerida cumprir com o determinado pela Lei supracitada, devendo, por consequência, pagar o valor a título de indenização do seguro obrigatório.

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação por parte do requerido, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do requerido, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. (STJ – Súmula 257)

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

COMARCA DO CRATO

cobrança de seguro DPVAT, a correção monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça. II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. Restando configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes condenadas, proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando suspensa a cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei nº1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO – AC: 04374876620148090051, Relator: DES. GERSON SANTANA CINTRA, Data de Julgamento: 23/08/2016, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: DJ 2111 de 15/09/2016)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o inadimplemento pela seguradora-Acionada, cuja conduta consistiu no não pagamento do valor decorrente da indenização pelo sinistro ocorrido, colocando empecilho no pagamento do valor. Desta forma, outra solução não resta senão o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais, bem como o pedido de condenação por compensação dos danos morais.

OS PEDIDOS

Por todo o exposto, vem requer a V. Exa. que se digne de:

- a) Conceder os benefícios atinentes à justiça gratuita, uma vez que o autor não possui condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo de sua própria manutenção, bem como de sua família;
 - b) Que seja designada a audiência de conciliação e mediação conforme prevê o art. 334 do CPC;
-



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

COMARCA DO CRATO

c) Determinar a citação da parte ré, através de seu representante legal, para, querendo, responder aos termos da presente, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia, ciente de que os fatos alegados e não contestados serão havidos por verdadeiros;

d) Ao final, seja a presente ação julgada TOTALMENTE PROCEDENTE, determinando-se à Acionada ao pagamento da indenização do seguro obrigatório, correspondente ao valor, devidamente corrigido, desde a data do sinistro;

e) A condenação do requerido ao pagamento das verbas de sucumbência, isto é, honorários advocatícios, estes na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, os quais deverão ser revertidos à DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (Banco do Brasil – Agência nº 008-6 – Conta nº 1.702.833-7).

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, notadamente depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas, e documentos acostados, bem como quaisquer outras providências que V. Exa. julgue necessárias à perfeita resolução do feito, ficando tudo de logo requerido.

Dá-se à causa o valor de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Crato/CE, 13 de maio de 2019.

GILSANDRA N. F. PEIXOTO
DEFENSORA PÚBLICA ESTADUAL

NATÁLIA BIANCA ROQUE SILVA
ESTAGIÁRIA DE DIREITO



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

COMARCA DO CRATO

ROL DE TESTEMUNHAS:

- 1 – JOSYLENE DA SILVA SANTOS, brasileira, residente na Rua Bras Lopes, n. 15, apt. B, Bairro Ossian Araripe, Crato – CE;
- 2 – CÍCERO WESLEY ALVES DA SILVA, brasileiro, residente na Rua José Magalhães Landim, n. 37, Bairro Frei Damião, em Juazeiro do Norte – CE;
- 3 – JOSÉ SOARES DA SILVA FILHO, brasileiro, residente na Rua Cerelino Quezado F. Filho, 1.025, Bairro Frei Damião, em Juazeiro do Norte – CE.

DOCUMENTOS JUNTADOS:

- 1 – Declaração de hipossuficiência;
- 2 – Fotocópia de cédula de identidade;
- 3 – Fotocópia de comprovante de residência;
- 4 – Fotocópia de ficha de atendimento;
- 5 – Fotografias;
- 6 – Ofício enviado pela Acionada com a negativa do pagamento do valor do seguro;
- 7 – Boletim de ocorrência;
- 8 – Ofício encaminhado para o Hospital São Raimundo.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

JOAQUIM SOUZA DA SILVA, BRASILEIRO, DIVORCIADO, EMPREGADO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 2001034057276, COM CPF Nº 011.300.763-93, RESIDENTE E DOMICILIADO À RUA KALORE, N º 300, MURITI, CRATO-CE, TEL (88) 9 8841-1055. Declaro que sou pobre na forma da Lei e não posso arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e do de minha família, nos termos da Lei Federal nº 1.060 de 1950 e do Art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988, razão pela qual requerem os benefícios da justiça gratuita e constitui, neste ato, a Defensoria Pública do Estado do Ceará para patrocinar seus interesses jurídicos, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais, nos termos do que dispõe o art. 128, XI, da Lei Complementar nº 80/94, e o art. 5º, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 06/97.

CRATO – CE, 04 de abril de 2019.


DECLARANTE

MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
011.300.763-93

Nome
JOAQUIM SOUZA DA SILVA

Nascimento
10/08/1986

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
6134.58AE.5323.A943

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 11:13:32 do dia 25/04/2016 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

JOAQUIM SOUZA DA SILVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 0001034057276 DATA DE EXPEDIÇÃO 7/6/2001
NOME JOAQUIM SOUZA DA SILVA

PLACAPEDRO JOAQUIM DA SILVA E MATILDES DE SOUZA DA SILVA

NATURALIDADE CARBALHA-CE
DATA DE NASCIMENTO 10/8/1986
SEXO MASCULINO 18568 L A60 F
1969 BARBALHA-CE.

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7116 DE 29/08/83

DADOS DO CLIENTE

Nome: JOSE SOARES DA SILVA FILHO

End. Entrega: RU CERELINO QUEIROZ F FILHO, 1025, FREI DAMIAO

Cidade: INCEIRO

CEP: 63031-210

End. Entrega:

Cidade:

CEP:

Local: 021

Setor: 001

Quadra: 0253

Lote: 0127

Comp: 0000

Subsetor: 00

Subquadra: 00

ECONOMIAS

Residencial: 001

Comercial: 000

Industrial: 000

Pública: 000

INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Volumen(m³)	Media Semestral(m³)
ABRIL	7125296902	173	492	9	11

DATAS

Leitura Atual: 07/12/2017

Emissão: 07/12/2017

Lacre Água: 1390509

Leitura Anterior: 08/11/2017

Próxima Leitura: 08/01/2018

Lacre Esgoto:

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 10/2017

Nº de Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	111	111	022	111	111
Analisadas	111	111	111	111	111
Em conformidade	111	111	111	111	111

MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Constatamos debito de R\$ 27,22. Caso pago, desconsiderar.
RELATORIO DA QUALIDADE DA AGUA VEJA NO SITE CAGECE

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição	Valor (R\$)	HISTÓRICO DE VOLUME	Esgoto (m³)
ABRIL	03,10	Mês/Ano	Água (m³)
JUROS DE 0,0331 HO DIA	0,39	DEZ, 16	15
MULTA DE 2	0,53	JAN, 17	13
		FEB, 17	11
		MAR, 17	12
		ABR, 17	11
		MAI, 17	10
		JUN, 17	12
		JUL, 17	11
		AUG, 17	12
		SET, 17	11
		OCT, 17	11
		NOV, 17	11

TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

Descrição	Valor (R\$)	SUBSIDIO	Valor (R\$)
PIS	0,23	VALOR DO SERVIÇO	39,62
COFINS	1,14	VALOR DO SUBSIDIO	15,60
		VALOR TOTAL A PAGAR	24,02

MÊS/ANO

12/2017

VENCIMENTO

03/01/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

24,02

CÓDIGO PARA PAGAR POR FATURA: 1-352967053810044 L: 0415 H: 10:41:31 R: 060 P: 001

Parques, praças, jardins, áreas verdes, iluminação pública, limpeza urbana, coleta e tratamento de lixo, saneamento básico, água e esgoto, energia elétrica, telefonia, outros serviços públicos de interesse da população.

Central de Atendimento
Cagece
0800 275 0195

Cagece
MOBIL

É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece, conforme resoluções das Agências Reguladoras.

Mais informações pelo telefone: 0800 275 0195, nas lojas de atendimento, de 8h às 17h, no site www.cagece.com.br ou na ouvidoria da Cagece: 3101.1918, de 8h às 12h e 13h às 17h. Ouvidoria estadual: 155. Site da ARCE: www.arce.ce.gov.br.
Entidades Reguladoras: Fortaleza: ACFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental; 0800 285 1918. Demais localidades: ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 0800 275 3838.

www.cagece.com.br
É ou. E. Mod. Participa
(ARCE/ARCE)

155
CENTRO DE OUVIDORIA

DADOS DO CLIENTE

Inscrição: 022518380

352967053810044 - 0415

Código do Responsável:

Mês/Ano:

12, 2017

Local: 021

Setor: 001

Quadra: 0253

Lote: 0127

Comp: 0000

Subsetor: 00

Subquadra: 00

Cidade: INCEIRO




Vencimento: 03/01/2018

Total (R\$):

24,02

82630000000 5 24020009300 5 02251838000 5 02005422015 5



		COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ CNPJ 07.047.251/0001-70. C.G.F. 06.105.848-3 Rua Padre Valdevino, 150 CEP 60135 040 Fortaleza(CE)		NOVA PASTA Grupo B Série Livre - 1 NÚMERO	
DADOS DA EMPRESA					
ENDEREÇO RU KALORE 00300 BARRIO MURITI MUNICÍPIO CRATO				CEP 63000000 ESTADO	
RECIBO DE SEGUNDA VIA DE CONTA - SVA				CENTRO OPERATIVO CRATO	
Nº DO CLIENTE 8273246 - 9		ROTA: 07.011000.02.00134200		CLASSIFICAÇÃO: B1 - 01-RESIDENCIAL, MONOFASICA	
MUNICÍPIO CRATO					
NOME CICERA IVANEIDE ANDRADE DE SOUZA					
ENDEREÇO RU KALORE 00300 - MURITI		CEP 63000000		SEQUENCIAL 3	
DOC 005 C.P.F. 032.792.503-58					
GRANDEZA		CÁLCULOS			
Mês/Ano	Vencimento	Cons. kWh	Valor em R\$		
12/2018	19/12/2018	170	143,75		
11/2018	19/11/2018	174	115,99		
10/2018	18/10/2018	147	97,48		
01/2019	07/01/2019	0	35,36		
01/2019	01/02/2019	0	14,63		
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA			TOTAL A PAGAR 407,21		
		RECIBO DE SEGUNDA VIA AGRUPADA-SVA			
COMPROVANTE ENEL		MUNICÍPIO CRATO			
Nº DO CLIENTE 8273246-9		ROTA 07.011000.02.00134200 TOTAL A PAGAR 407,21			
		838200000004-5 07210031000-9 00082732460-0 00031425206-1			
					



JOÃO FIGUEIREDO - Notário
Ulco de F. Martins - Substituto
Moura Matos - Escrevente



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 1967 / 2018

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **NAO DELITUOSA**
Data / Hora da Comunicação: 24/01/2018 14:07:19
Data / Hora da Ocorrência: 02/12/2017 12:04:00
Endereço da Ocorrência: **AVENIDA TEODORICO TELES, 99**
Complemento:
Bairro: Município: **CRATO/CE**
Ponto de Referência:

Noticiante(s)

Nome: **JOAQUIM SOUZA DA SILVA**
Nascimento: 10/08/1986 CPF: 011.300.763-99
RG: 2001034057276 Órgão Emissor: SSP UF:
Filiação: **MATILDES DE SOUZA DA SILVA**
PEDRO JOAQUIM DA SILVA
Endereço: **RUA RECIFE, 4**
Bairro: **OSSIAN ARARIPE** CEP:
Município: **CRATO/CE**
País: **BRASIL** Telefone: (85) 98804-5077

Histórico

Afirma a noticiante, advertida das penalidades de falso testemunho e denúncia caluniosa que no dia, hora e local supra procurou atendimento médico no Hospital São Raimundo, na cidade de Crato-CE, pois sofrera um acidente de trânsito na cidade de Juazeiro do Norte-CE, momento em que deslocava-se para seu trabalho; QUE do acidente fraturou a falange do 5º dedo da mão esquerda; QUE na ficha de Atendimento Ambulatorial nº 457433 não consta que o noticiante fora vítima de acidente de trânsito ficando assim impedido de realizar o Boletim de Ocorrência de natureza "Acidente de trânsito", visto que é necessário preencher alguns requisitos e anexar documentação comprobatória, sendo um destes informar ao prontuário de atendimento médico que o paciente fora vítima de "acidente de trânsito". QUE sentiu-se prejudicado, então procurou a Defensoria Pública, esta por sua vez solicitou documentos para que o noticiante pudesse requerer, junto ao Hospital São Raimundo, ratificação do prontuário médico, sendo um destes o Boletim de Ocorrência; QUE diante disto, veio registrar a presente ocorrência, e nada mais havendo, deu-se por encerrado o presente Boletim de Ocorrência.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

MARIA JULIETE PEREIRA SAMPAIO - MAT: 200624-1-0

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

* Joaquim Souza da Silva

VISTO DO DELEGADO(A):

INACIO MARCELA DE ALMEIDA LIMA - MAT: 200624-1-0

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Data Emissão: 02/12/2017 12:2

N.Atendimento...: 457433
Data Atendimento: 02/12/2017 Hora:12:04
Médico Respons...: NARCIZO FRANCISCO FERREIRA FLO
Recepcionista...: JARLIANE
Setor Atend.....: CONSULTORIO
Convênio.: BPA SUS
Matricula: 162202966220001
Guia.:
Tipo de Atend...: AMBULATORIAL
Serviço: CONSULTA

=====IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE=====

Paciente.: JOAQUIM SOUZA DA SILVA
Dta Nasc.: 10/08/1986 - 31 Anos - Sexo: MASCULINO Est.Civil:SOLTEIRO
Endereço.: RUA RECIFE 4 CASA
Cep.....: 63132070 Bairro:OSSIAN ARARIPE
Estado....: CE Resp...: JOAQUIM SOUZA DA SILVA
Fone: 8898809507235233331
Pront: 22807
RG: 20010340572
Município:CRATO

DIAGNÓSTICO CONSULTA MÉDICA
Fratura fêmur se distal
CONDUTA
Moro E.

ENCAMINHAMENTO NATUREZA DO ATENDIMENTO
[] Resid. [] Ambul. [] Itern. [] Outro [] Clínica [] Cirurg [] Obst. [] Ped. [] Oftalmo. [] Outro

REQUISIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

[] RAIO-X [] ULTRASSOM [] ENDOSCOPIAY

MOTIVO DO ATENDIMENTO
Torta luca imobilizada
DIAGNÓSTICO
Os dedos não seg.

PROCEDIMENTO

EXAMES

DATA DO ATENDIMENTO Data 18/11/18

Paciente / Responsável

Dr. (a) NARCIZO FRANCISCO FERREIRA FLORES
CRM: 007304 CPF: 40357740300





Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: JOAQUIM SOUZA DA SILVA
Nº Sinistro: 3180254039
Vítima: JOAQUIM SOUZA DA SILVA
Data do Acidente: 02/12/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: EVERARDO DE SOUSA LEITE

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180254039**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Boletim de ocorrência não conclusivo
- Comprovação de ato declaratório não conclusivo
- Certidão de casamento

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em

Carta nº 12920282



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-4241, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **0006343-87.2019.8.06.0071**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações**
 Requerente: **Joaquim Souza da Silva**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

R. H.

Diante dos argumentos e documentos correlatos apresentados nos autos, bem como por entender estarem presentes os requisitos autorizadores da medida, conforme art. 98, do Código de Processo Civil, defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora, advertindo-a que a presente concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de uma eventual sucumbência (art. 98, § 2º, C.P.C.).

Por se tratar de causa que admite a autocomposição, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, para tentativa de conciliação, atendendo à prévia antecedência de 30 (trinta) dias do ato de ajuizamento.

Cite-se a ré, através do Portal TJCE, com antecedência de até 20 (vinte) dias para a sessão de conciliação a ser designada (art. 334, *caput*, CPC), para oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 335 do Código de Processo Civil.

Do expediente citatório deverá constar a advertência à parte ré de que, não oferecida contestação, no prazo legal, será considerada revel, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, cuja cópia integral deverá instruir o mandado.

Também deverá a parte ré ser advertida de que o não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa (art. 334, § 8º, do nCPC).

Intime-se a parte autora, pessoalmente e via defensoria pública - Portal TJCE, advertida das penas para o caso de ausência injustificada (art. 334, § 3º, do nCPC).

Expedientes necessários.

Crato/CE, 16 de maio de 2019.

Jose Batista de Andrade
Juiz de Direito - Titular

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-4241, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo n.º: **0006343-87.2019.8.06.0071**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações**
 Requerente: **Joaquim Souza da Silva**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, e com base na Portaria nº 1.044/2019, art 3º, inciso III, alínea *a*, encaminho os autos a secretaria da respectiva Vara para que dê cumprimento à decisão de fls.17. É o que nos cumpre a certificar. Dou fé.

Crato/CE, 09 de agosto de 2019.

Paulo Darlan de Oliveira Cunha
Auxiliar Operacional

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**
 Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **<http://esaj.tjce.jus.br>**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abriu a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

CEJUSC

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-7178, Crato-CE - E-mail: crato.cejusc@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0006343-87.2019.8.06.0071**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações**
 Requerente: **Joaquim Souza da Silva**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Conforme disposição expressa em Portaria, designo audiência de Conciliação para a data de 21/10/2019 às 09:30h na sala da CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários.

Crato/CE, 12 de agosto de 2019.

Maria Elisabete Nunes de Alencar
Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-4241, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0006343-87.2019.8.06.0071**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Joaquim Souza da Silva**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICO, para os devidos fins, que analisei o ato de pg. 19 e encaminhei para publicação.

Crato/CE, 30 de agosto de 2019.

ANTONIO REIS DOS SANTOS

Auxiliar Judiciário

Servidor SEJUD

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Crato****1ª Vara Cível da Comarca de Crato**

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-4241, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0006343-87.2019.8.06.0071**
Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
Classe: **Procedimento Comum**
Assunto: **Obrigações**
Requerente: **Joaquim Souza da Silva**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICA-SE que em 05/09/2019 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Defensoria Pública do Estado do Ceará e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Conforme disposição expressa em Portaria, designo audiência de Conciliação para a data de 21/10/2019 às 09:30h na sala da CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários."

Crato/CE, 05 de setembro de 2019.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-4241, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.brCrato

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo nº: **0006343-87.2019.8.06.0071**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações**
 Requerente: **Joaquim Souza da Silva**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Prezado(a) Senhor(a) **Joaquim Souza da Silva**

A presente, extraída da ação em epígrafe, de ordem do(a) MM Juiz, **Dra. Jose Batista de Andrade**, tem como finalidade a **INTIMAÇÃO** de V.Sa. para comparecer a esta Unidade Judiciária, no endereço acima indicado, no dia **21/10/2019**, às **09:30h**, a fim de participar da audiência de **Conciliação** designada.

OBSERVAÇÕES:

- Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Crato/CE, 05 de setembro de 2019.

Wilson Santos de Oliveira
Supervisor de Unidade Judiciária
 Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).
 Joaquim Souza da Silva
 Rua Kaloré, 300, Muriti
 Crato-CE
 CEP 63100-000

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: (88) 3521-4241, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.brCrato

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0006343-87.2019.8.06.0071**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Obrigações**
 Requerente: **Joaquim Souza da Silva**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Jose Batista de Andrade**, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Crato da comarca Crato/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial e documentos poderá ser consultada no sistema processual e-SAJ por meio de senha de acesso aos autos digitais, sendo parte integrante desta carta, bem como **INTIMAÇÃO** para comparecer à audiência de conciliação marcada para o dia 21/10/2019 às 09:30h, na sala de audiências deste juízo, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10), e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 dias**, contar-se-á conforme o artigo 335 do mesmo Código, tudo sob pena de revelia e de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor no pedido inicial.

Adverta-se também que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

OBSERVAÇÃO:

- Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Crato/CE, 05 de setembro de 2019.

Wilson Santos de Oliveira
Supervisor de Unidade Judiciária
 Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
 Rua da Assembleia, 100, 17º ANDAR, CENTRO
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20011-904

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.